

José Claudinei Lombardi
Marcos Lima
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO:
AS REVOLUÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX
E AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



I

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO: AS REVOLUÇÕES DOS SÉCULOS XIX E XX E OS FUNDAMENTOS DE UMA PEDAGOGIA COMUNISTA*¹

José Claudinei Lombardi

Luiz Bezerra Neto

Introdução

Este texto tem por objetivo contribuir com as discussões sobre as revoluções dos séculos XIX e XX e os Fundamentos de uma Pedagogia Revolucionária, daí a pergunta: quais os Fundamentos de uma Pedagogia Revolucionária? Para tanto, iniciamos por conceituar os termos em questão.

O texto foi dividido em duas partes, distintas e interligadas entre si. No primeiro momento faremos uma discussão mais conceitual sobre os termos: educação, pedagogia, escola e revolução. No segundo, discutiremos sobre o papel das revoluções nos séculos XIX e XX e os fundamentos de uma Pedagogia Comunista, tal qual o enunciado do texto. Devemos, entretanto, deixar claro que, ao privilegiar a discussão sobre a educação escolar, não estamos desconsiderando a existência de outras formas de educação, bem como o fato de que a escola não é o único lugar onde se educa.

* DOI – 10.29388/978-65-86678-06-2-f.27-58

¹ Texto preparado para aula na disciplina de pós-graduação “Educação e Revolução”, realizada no dia 17 de agosto de 2017 junto ao Programa de Pós-graduação em educação da Unicamp. Reproduz partes da tese de livre-docência, defendida na Faculdade de Educação da Unicamp, publicado no artigo “Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 347–366, abr. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art24_41e.pdf>

Para dar conta de nossa questão, como anunciado, fomos buscar o significado do termo educação nos dicionários e, principalmente em sítios do google, dado o alcance que esta mídia tem, bem como a facilidade de acesso para as consultas por parte dos estudantes. Para este termo obtivemos os seguintes resultados: Educação: *substantivo feminino* que significa:

[...] o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento. [no] seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte (<https://www.significados.com.br/educacao>).

Como podemos observar, a definição de educação é aquela utilizada por Émile Durkheim, quando este discute sobre educação. No mesmo site, encontramos que de acordo com René Hubert,

[...] a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade (<https://www.significados.com.br/educacao>).

Temos ainda, que:

[...] a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo (<https://www.significados.com.br/educacao>).

Assim, podemos perceber que a concepção corrente de educação, encontrada no site de busca de significados, é aquela que entende que educar pode ser compreendido como:

[...] a ação de promover a educação, que compreende todos os processos, institucionalizados ou não, que visam transmitir determinados conhecimentos e padrões de comportamento a fim de garantir a continuidade da cultura de uma sociedade (<https://www.significados.com.br/educacao>).

Num sentido mais amplo, poderíamos dizer que:

[...] educar é socializar, é transmitir os hábitos que capacitam o indivíduo a viver numa sociedade, hábitos esses que começam na primeira infância, implicando no ajustamento a determinados padrões culturais. [ou seja], [...] Educar é estimular, desenvolver e orientar as aptidões do indivíduo, de acordo com os ideais de uma sociedade determinada. É aperfeiçoar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais, é preparar o cidadão para a vida (<https://www.significados.com.br/educacao>).

Tendo discutido o significado do vocábulo educação, passemos a discutir as várias formas como a pedagogia pode ser definida, dado que é comum verificarmos que muitos pedagogos, sobretudo os adeptos de determinadas tendências pedagógicas alinhadas à chamada pós modernidade tentam desqualificar a teoria, desqualificando assim a própria pedagogia, uma vez que entendem que não devemos nos prender aos conceitos, mas às atividades que ela pode ajudar a desenvolver. Ao buscar o significado do termo, encontramos as seguintes definições:

[...] é um conjunto de técnicas, princípios, métodos e estratégias da educação e do ensino, relacionados à administração de escolas e à condução dos assuntos educacionais em um determinado contexto (<https://www.significados.com.br/pedagogia>).

Como vemos na definição acima, a pedagogia, nesta perspectiva, é concebida como técnicas de ensino voltadas à administração, tirando dela seu caráter de ciência da educação. De uma ciência que

além de se preocupar com as práticas dos professores deve se preocupar com o currículo, com os conteúdos, com a forma como as coisas devem ser ensinadas. Outra possibilidade de definição é a que afirma que:

[...] a pedagogia estuda os ideais de educação, segundo uma determinada concepção de vida, e dos processos e técnicas mais eficientes para realizá-los, visando aperfeiçoar e estimular a capacidade das pessoas, seguindo objetivos definidos (<https://www.significados.com.br/pedagogia>).

Ou seja, ela deve ser pensada numa perspectiva individualizada e individualizante, voltada para a resolução de problemas e projetos pessoais. Nesta mesma perspectiva temos a definição de pedagogo, onde se afirma que:

O pedagogo é o profissional graduado em pedagogia, que pode atuar na área da administração escolar, como supervisor, orientador ou diretor escolar e também no magistério (<https://www.significados.com.br/pedagogia>).

Partindo desta definição devemos compreender que a pedagogia pode ser vista como um conhecimento mais técnico, voltado para um determinado fim, ou seja, a administração de um estabelecimento escolar. Como podemos perceber, estas definições estão voltadas para uma concepção de pedagogia de cunho conservador. Temos, no entanto, outras definições de cunho revolucionário, como podemos perceber, sobretudo a definição dada por Dermeval Saviani, quando este afirma que:

[...] o conceito de Pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa. A pedagogia, como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, ou, no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o pro-

cesso de ensino e aprendizagem (SAVIANI, 2001, p. 102).

Saviani, ao discutir esta questão, deixa claro que toda Pedagogia é teoria da educação, embora nem toda teoria da educação seja de fato uma Pedagogia. Para tanto, ele nos lembra a existência de outras teorias da educação, tais como: Sociologia da Educação, Filosofia da Educação dentre outras. Para Dermeval Saviani (2007), foi Herbart quem apresentou a Pedagogia como um sistema coerente, unificando os fins da educação (ética) e os meios da educação (psicologia), somente assim, poderemos pensar em uma pedagogia comunista, mesmo entendendo que a pedagogia por mais interessada que possa vir a ser, jamais fará qualquer revolução, embora possa contribuir para fazer a revolução avançar.

Tendo discutido os conceitos de educação e pedagogia e, compreendendo que um de nossos objetivos é discutir principalmente o papel da educação escolar, fomos buscar o conceito de escola e, percebemos que no sítio do google ela aparece como: s.f. “Estabelecimento onde se ensina” (<https://www.significados.com.br/?s=escola>).

Assim, entendemos a escola como a principal agência (ou instituição) de formação e ou de transmissão de conhecimentos, ou seja, o lugar onde se transmite os conhecimentos produzidos e elaborados pelos homens. Estes conhecimentos podem se situar no campo das ciências, das artes, da filosofia, das linguagens, etc. Nesse sentido, podemos dizer que a escola tem um papel específico na sociedade, qual seja, o papel de educar por meio de uma determinada pedagogia.

Esta pedagogia utilizada para educar pode ser de cunho revolucionário, no sentido de se propor a discutir as possibilidades de transformação da sociedade ou pode ser de cunho conservadora ou mesmo reacionária. Para tanto, fomos buscar o significado de revolução, que é definido como sendo: “uma palavra com origem no latim *revolutione*, que significa ato ou efeito de revolver ou revolucionar. Pode ter vários significados aplicados a várias áreas diferentes” (<https://www.significados.com.br/?s=revolucao>).

Fato que chama a atenção é que a palavra revolução, no sítio em questão está sempre associada às palavras Socialismo e comunismo, ou seja, ao se pensar em revolução, logo se pensa na transformação política, econômica e social da sociedade capitalista. O socialismo, aparece então, como:

[...] uma doutrina política e econômica que surgiu no final do século XVIII e se caracteriza pela ideia de transformação da sociedade através da distribuição equilibrada de riquezas e propriedades (<https://www.significados.com.br/socialismo>).

Com relação ao comunismo, este é compreendido como sendo:

[...] uma doutrina social, segundo a qual se pode e deve "restabelecer" o que se chama "estado natural", em que todos teriam o mesmo direito a tudo, mediante a abolição da propriedade privada. (<https://www.significados.com.br/comunismo>).

Como dito, a palavra revolução aparece associada aos termos socialismo ou comunismo, portanto, ao se pensar em uma **Pedagogia revolucionária**, devemos pensar necessariamente em uma pedagogia que possibilite enfrentar as possibilidades de uma sociedade de base socialista ou comunista. Uma sociedade cuja práxis deve ser voltada para a distribuição dos bens e riquezas produzidas pelos homens, para toda a sociedade.

Se devemos pensar sobre o papel da escola na formação humana com características revolucionárias, temos que lembrar que já nas primeiras décadas do século XX, o pedagogo Russo, Moisey Mikhaylovich Pistrak afirmava que “a escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas estas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola” (PISTRAK, 2011, p. 23). Daí a importância da escola. Escola que, deveria ter uma práxis revolucionária, mas que, para isso, deve-se partir de uma teoria revolucionária, pois, para

o mesmo Pistrak, “sem teoria pedagógica revolucionária não poderá haver prática pedagógica revolucionária” (PISTRAK, 2011, p. 22).

Assim devemos partir de um método que nos ajude a compreender a realidade em sua totalidade e esse método é o Materialismo Histórico e Dialético, com uma pedagogia que prime tanto pelo conteúdo quanto pelas práticas revolucionárias. A princípio o conteúdo a ser trabalhado nas escolas deve ser o conteúdo clássico, aquele produzido pela humanidade e apropriado pela burguesia como se a ela e somente a ela pertencesse.

Assim, quando a classe trabalhadora assume o poder, esta classe tem que dominar tão bem, ou melhor do que a burguesia, todo o conhecimento que a burguesia domina e, poderá assumir também, o controle do conhecimento, tal qual deve assumir o controle de toda a produção social, assim como a propriedade dos meios de produção, dado que entendemos que **a educação (e o ensino) é determinada, em última instância, pelo modo como os homens produzem sua vida material.** Isso quer dizer que o modo como os homens produzem sua vida material, bem como todo o conjunto de relações aí implicadas, é o fio condutor que explica como os homens vivem, pensam e transmitem as ideias e os conhecimentos que têm sobre a vida e sobre a realidade natural, social e espiritual.

Nessa perspectiva, não faz o menor sentido analisar abstrata e a-historicamente a educação, pois como toda e qualquer dimensão da vida dos homens, ela se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência. A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser entendida, separada da vida social, existindo em si e para si mesma, pois está inserida no contexto em que surge e se desenvolve, expressando os movimentos contraditórios das lutas entre classes e frações de classe.

Revolução e luta de classes como base do surgimento da Escola Moderna

O entendimento da educação como um aspecto ou dimensão da vida social que surge e se desenvolve no interior de um modo de produção determinado, leva a também colocá-la nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe. Ao estudar a educação implementada na Comuna de Paris, Lombardi explicita o movimento revolucionário desencadeado em 1871 pelo proletariado parisiense, apontando o caráter contraditório da implantação da educação pública na França revolucionária (LOMBARDI, 2002), recorrendo à imagem do movimento do pêndulo para tentar explicitar o movimento histórico e as lutas de classes. Um vaivém da luta entre burguesia e proletariado com características e particularidades próprias de cada uma das formações sociais articuladas na ampla teia de relações e divisões do trabalho, próprias da gênese e desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Analisando o movimento contraditório que a educação assumiu no movimento revolucionário francês, Lombardi afirmou que sob processos revolucionários, quando uma frente política formada pelo proletariado e outras classes e frações de classes populares assume o poder político:

[...] avançam as propostas pedagógicas e as formas organizadas do ensino, adquirindo um caráter público, gratuito, popular e laico; quando em seguida, reorganiza-se a burguesia e hegemoniza o poder do Estado, volta a educação a ter um caráter dual, com a defesa de uma educação pública que deve coexistir com escolas privadas nos diferentes níveis escolares, em que a gratuidade aparece como concessão do Estado aos que não podem pagar por seus estudos, etc. Essa postura da burguesia, passado o período revolucionário de formação capitalista e viabilização das condições de acumulação, desde a Revolução Francesa e a tomada do poder pela burguesia, passou a ser cada vez mais politicamente reacionária, mesmo quando travesti-

da da ideologia liberal (LOMBARDI, 2002, p. 79).

Esse movimento contraditório entre burguesia e proletariado, bem como suas ressonâncias na educação, tem sido apontado por vários teóricos da educação, tanto de vertente marxista como de outras concepções teóricas, comprometidos com um entendimento contextualizado da educação. Franco Cambi, um consagrado autor do campo da História da Pedagogia, produziu uma síntese erudita e metodologicamente eclética dos conhecimentos construídos nesse campo de investigação.

Para Cambi o Século XIX foi caracterizado pela existência de uma frontal oposição entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista e que se refletia em todas as dimensões da vida e organização da sociedade, seja a econômica, a social, a política e a ideológica. Cambi enfatiza o confronto entre a burguesia e o proletariado, afirmando que esse embate também produziu projetos antagônicos e radicais no que diz respeito à educação e à pedagogia (CAMBI, 1999, p. 407). Para este autor, nenhuma região do planeta ficou livre das profundas e aceleradas transformações então em curso. Conservadores, reformistas e revolucionários colocavam na educação um papel essencial, quer para manter o equilíbrio e a harmonia social, quer para promover ajustes que resolvessem disfunções sociais ou mesmo para revolucionar a ordem existente. Buscando uma síntese desse quadro e deixando claro qual o papel que o projeto de educação tem para cada classe social, assim registra em *História da Pedagogia*:

Numa sociedade socialmente tão lacerada [...], na qual velho e novo, tradição e revolução convivem tão íntima e dramaticamente, um papel essencial é reconhecido [...] ao compromisso educativo: para as burguesias, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes inferiores mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação

da mente e da consciência para chegar à libertação política. [...] Assim, também no terreno das pedagogias populares vai-se desde as reformistas até as revolucionárias [...] desde as que visam a uma emancipação como integração (na sociedade burguesa) das classes populares [...] até as que reclamam, pelo contrário, uma revolução da ordem burguesa, uma tomada do poder por parte dos proletários [...] (CAMBI, 1999, p. 408–409).

De acordo com Cambi, ao longo do século XIX, foram redefinidos os objetivos e os instrumentos da pedagogia. A educação assumiu os contornos dos embates políticos de então e, por volta de meados desse século, dois projetos antitéticos passaram a se contrapor: o burguês e o proletário, correspondendo a dois modelos ideológica e epistemologicamente contrapostos e inspirados, respectivamente, no positivismo e no socialismo (CAMBI, 1999, p. 465). Tratam-se de duas concepções que interpretam a oposição de classe da sociedade capitalista e que articulam dois diferentes e opostos universos de valores e de organização social, inclusive no âmbito educacional.

[...] O positivismo exalta a ciência e a técnica, a ordem burguesa da sociedade e seus mitos [...], nutre-se de mentalidade laica e valoriza os saberes experimentais: é a ideologia de uma classe produtiva na época do seu triunfo, que sanciona seu domínio e fortalece sua visão do mundo. O socialismo é a posição teórica [...] da classe antagonista, que remete aos valores “negados” pela ideologia burguesa (a solidariedade e a igualdade, a participação popular no governo da sociedade) e delinea estratégias de conquista do poder que insistem sobre as contradições insanáveis da sociedade burguesa (principalmente entre capital e trabalho), delineando uma sociedade “sem classes”. Também a pedagogia se caracteriza segundo estes dois modelos [...] (CAMBI, 1999, p. 466).

Nunca é demais afirmar que nos dias atuais, bem cabem as críticas de Marx e Engels às perspectivas que tratam a educação contemporaneamente como uma ideia que paira sobre nossas cabeças, ilu-

minando nossos destinos; como uma expressão de pensamentos e ideias de sujeitos mais ou menos ilustres e que marcam toda a educação de uma época; como discurso articulado e passível de conhecimento; como memória; como fenômeno empiricamente observável, etc. Ao contrário dessas abordagens, Marx e Engels possibilitam um entendimento da educação e do ensino a partir de seus fundamentos materiais, histórico, contraditório, objetivamente apreensível enquanto “concreto pensado”. Em outras palavras, sendo a educação um campo da atividade humana, os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais.

Sendo um modo de produção a base e fundamento material da vida e da história do homem, é através do trabalho que o homem produz e reproduz as condições fundamentais de sua existência. Ao buscarem a distinção do homem dos demais animais expressaram que não é a consciência (ou cultura) que distingue os homens dos outros seres, mas o *modo de produção* de seus meios de vida. Disso decorre a articulação entre trabalho e educação como atividades especificamente humanas, no sentido de que “apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANI, 2007, p. 152).

A fonte dessa articulação teórica entre trabalho e educação, está exposta por Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, a partir do entendimento do trabalho como um modo de ser do homem, como meio de produzir sua própria existência. Expressavam com isso que, diferentemente dos animais, que não mais fazem do que se adaptar à natureza, os homens a ajustam e a transformam conforme suas necessidades. É o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas que conhecemos pelo nome de trabalho. O que o homem é, o é pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movi-

mento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é: “tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem” (MARX E ENGELS, [s.d.], pp. 18–19).

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho. Isso significa que o homem não nasce pronto, mas tem que produzir-se homem, tem que formar-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

Marx e Engels não trataram o trabalho simplesmente como uma categoria abstrata (como uma ideia que não possui base material), mas o entendiam a partir das condições em que se realizava num determinado modo de produção (e mais especificamente no modo capitalista de produção). É com essa visão que trataram da união entre educação e trabalho na perspectiva de superação da exploração capitalista e, portanto, como um meio para a formação desalienada e revolucionária dos filhos da classe trabalhadora. Esse argumento, assim, corrobora com o entendimento da educação como um poderoso instrumento de formação das novas gerações para a ação política transformadora. Para tanto não separavam o ensino do trabalho (base da divisão entre trabalho manual e intelectual), mas defenderam a inserção dos educandos na produção material, no contexto e nas condições da produção e não na perspectiva da escola recriar, imitativamente, o mundo da produção.

As revoluções sob o capitalismo, as lutas entre classes e os fundamentos de pedagogias expressando interesses antagônicos

Na perspectiva explicitada, entendemos que tenha fundamento olhar as transformações da educação e da pedagogia como concomitantes – partes integrantes – das transformações estruturais de um modo de produção para outro, bem como aquelas que ocorrem de uma etapa para outra de um mesmo modo de produção. Entendendo a educação como atividade prática (como prática educativa), Saviani conceitua a pedagogia como teoria da prática educativa (SAVIANI, 2010, p. 231)², é essa a análise que fazemos das transformações ocorridas no capitalismo e, particularmente, com a educação, inclusive em sua expressão teórica, a pedagogia, ao longo da história da educação e, mais especificamente, da formação à decadência do modo de produção capitalista.

Didaticamente periodizamos em cinco (5) etapas as transformações estruturais no modo capitalista de produção, caracterizadas por mudanças econômicas, sociais, políticas e educacionais/pedagógicas. Uma **primeira etapa**, delineada pela transição do feudalismo ao capitalismo, marcada por processos denominados, por Marx, como constituindo a acumulação primitiva de capital. Na cultura e na educação foi a transformação da cultura feudal para o humanismo renascentista, passando pela Reforma e a Contrarreforma. Nesse sentido o modo capitalista de produção, em seu processo de formação, realizada

² Para Saviani “pedagogia é uma teoria da prática”. Mais especificamente “A pedagogia é, pois, uma teoria que se estrutura em função da ação... é elaborada em função de exigências práticas, interessada na execução da ação e nos seus resultados”. Entende o autor que “a pedagogia, como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, e, no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o processo de ensino e aprendizagem.” Para Saviani toda pedagogia é uma teoria da educação, mas “nem toda teoria da educação é pedagogia”, como as “teorias da educação cuja preocupação é explicar o fenômeno educativo sem se preocupar com a questão da realização do ato educativo” (SAVIANI, 2010, p. 231).

na longa transição do feudalismo ao capitalismo, se caracterizou pelos mecanismos que possibilitaram a acumulação primitiva de capital, notadamente nos séculos XV e XVI, promovendo profundo movimento de revolução cultural que deram as bases para transformações na educação e na pedagogia. Neste momento constituíram-se as bases das correntes pedagógicas desse período de transição e que expressavam os contraditórios interesses das classes sociais do período: os interesses conservadores da nobreza cortesã, os que refletiam o movimento ascendente da burguesia protestante, a nobreza e a burguesia comercial envolvidas na contra reforma católica e, finalmente, a que traduzia as afirmações iniciais de uma burguesia laica (PONCE, 1990, p. 118).

Com o movimento do humanismo renascentista, foi se implantando gradativa e lentamente uma nova concepção de educação, iniciativa e obra de inúmeros pensadores seiscentistas. Acompanhando as transformações na economia, com o florescimento do comércio, o aumento da produção agrícola e manufatureira, as grandes navegações e o estabelecimento de colônias por todo o mundo que então se descortinava, floresceu uma produção intelectual – na filosofia, na literatura, nas artes – que buscava superar o pensamento religioso medieval, estabelecendo as bases de uma concepção terrena e centrada no homem. Surgiram as primeiras iniciativas educacionais na Europa Ocidental. Na Alemanha surgiram as Fürstenschulen, escolas para príncipes; iniciativas que também de verificaram na França, nos Países Baixos e na Inglaterra. Na Itália o destaque ficou por conta de Vittorino de Feltre (1373–1446) que é considerado o primeiro grande mestre com características marcadamente humanista. Preceptor dos filhos de um marquês, em Mântua, Itália, aí fundou sua escola – a Casa Giocosa – cuja divisa era “Vinde, meninos, aqui se ensina, não se atormenta” (ARANHA, 2006, p. 126). Essa escola oferecia cursos de equitação, natação, esgrima, música, canto, pintura e jogos em geral; a formação intelectual era centrada na cultura humanística, com atenção ao ensino do grego e do latim.

Mesmo sendo abundante a produção intelectual do movimento renascentista, não chegou a produzir propriamente uma pedagogia, mas da crítica à tradição medieval, alguns intelectuais lançavam as bases naturais e não religiosas de uma educação que expressasse os interesses da nascente burguesia. Nessa direção destacaram-se Erasmo de Rotterdam (1467–1536), Juan Luis Vives (1492 —1540), François Rabelais (1483–1553) e Michel de Montaigne (1533–1592).

Ainda naquele momento, a reforma teve como teóricos mais ilustres Tomás Munzer e Martinho Lutero e conseguiu arrebanhar as massas camponesas expulsas da terra e também a pequena e a média burguesia nascente. Enquanto Lutero, representando os interesses da burguesia e pequena nobreza pregava o fim do poderio do clero católico, instituindo uma nova Igreja e religiosidade compatível com a usura e o lucro, Munzer era intérprete dos camponeses expulsos da terra e plebeus, acreditando que era o momento de ajustar contas com o opressor que expulsava os pobres de suas terras (PONCE, 1990, p. 118–119).

Os reformadores tinham em comum a defesa de uma fé fundamentada pela leitura e interpretação direta da Bíblia, vivenciados numa Igreja Reformada. Sendo a Bíblia, como fonte da fé, era necessário que todos os fiéis estivessem em condições de ler como garantia de salvação de suas almas, tornando a instrução elementar um dever fundamental da Igreja Reformada. Como intérprete da nascente burguesia, Lutero compreendeu a estreita relação entre a instrução, a constituição de uma rede escolar e a prosperidade econômica (PONCE, 1990, p. 118–120).

A contra reforma teve como seu principal sustentáculo a Companhia de Jesus, capitaneada por Inácio de Loyola. Coube aos Jesuítas o controle da educação dos nobres católicos, dos burgueses abonados, acompanhando as grandes navegações e a instalação das empresas coloniais. Para cumprir os interesses de defesa dos interesses dos Reis católicos, da Igreja e de sua Ordem, os Jesuítas elaboraram um minucioso Regulamento de Estudos (*Ratio atque Institutio studiorum S.J.*).

A **segunda fase** deu-se com a revolução manufatureira da produção que lançou na educação, as bases de uma concepção que pretendia ensinar tudo a todos no menor tempo possível, sistematizada na *Didática Magna* por Comenius. Num contexto marcado pelas condições do desmantelamento do mundo feudal e o fortalecimento da burguesia, ocorreu uma sólida revolução manufatureira, intensificou-se o comércio, o sistema colonial se organizou empresarialmente e monopolisticamente, a Europa foi inundada com as riquezas rapinadas nas Américas. No campo filosófico emergiu as bases do pensamento liberal, tanto na economia quanto na política. O principal elaborador das ideias políticas liberais foi John Locke (1632–1704).

A **terceira etapa** deu-se com o amadurecimento do capitalismo e suas grandes revoluções do século XVIII, destacando-se a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que igualmente resultaram numa verdadeira revolução pedagógica.

Uma **quarta fase** caracteriza-se pela manifestação das lutas de classe do século XIX, que levaram ao confronto de projetos ideológicos, formativos e educacionais – o burguês e o proletário.

A **quinta e última fase** foi marcada pela primeira grande crise estrutural do capitalismo (ocorrida ainda no terceiro quartel do século XIX) e que marca, o início da transição do capitalismo para um novo modo de produção. Nesta última fase ocorreram as revoluções socialistas do século XX, e o delineamento de uma nova e revolucionária teoria e prática pedagógica.

Marx e Engels: fundamentos da proposta pedagógica comunista

Nunca é demais repetir que Marx e Engels não fizeram uma exposição sistemática sobre a escola e a educação. Muito menos produziram uma “teoria pedagógica”. Suas posições sobre educação encontram-se diluídas ao longo de toda a obra, estando indissociavelmente articulada às diferentes questões sobre as quais se debruçaram.

Encontramos entre os estudiosos da educação socialista um esforço de organização e sistematização das referências de Marx e Engels a respeito da educação e da escola e que se encontram no conjunto do seu pensamento sobre a economia, a sociedade e a política.

A concepção de instrução marxiana é delineada de forma explícita e detalhada nas *Instruções aos delegados ao I Congresso da Internacional dos Trabalhadores*, que se realizou em Genebra em setembro de 1866. Nesse texto, Marx considera como sendo uma tendência da indústria moderna a colaboração de crianças e adolescentes de ambos os sexos na produção, entendendo que esse é um processo legítimo e saudável, desde que aconteça de modo adequado às forças infantis (MARX, 1983, p. 59).

Crítico da violenta exploração do trabalho infantil em atividades econômicas no campo e na cidade, notadamente na indústria, Marx recomendou, entretanto, que a partir dos nove anos qualquer criança deveria participar do trabalho produtivo e trabalhar não somente com o cérebro, mas também com as mãos. A exploração nociva à saúde de crianças e adolescentes dessa faixa de idade, entretanto, deveria ser severamente proibida por lei. Marx não estava a defender a exploração do trabalho infantil, mas que o trabalho deveria começar desde a infância, articuladamente com o ensino, os exercícios físicos e o tempo livre. Tendo conhecimento da experiência educacional levada à frente por Owen, Marx defendeu a combinação da educação com o trabalho, inclusive por considerá-lo como fundamental para a existência econômica, social, psicológica e moral do homem, em qualquer idade, pois o homem não nasce pronto e acabado, mas faz-se homem (vai se humanizando) desde a infância até a velhice.

Defendendo a combinação entre trabalho produtivo e educação, Marx assim precisou a sua concepção de instrução:

1. Educação intelectual.
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter

científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

A divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os gastos com tais escolas politécnicas serão parcialmente cobertos com a venda de seus próprios produtos.

Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevará a classe operária acima das classes burguesa e aristocrática (MARX, 1983, p. 60).

Essa proposta foi assumida pela *I Internacional dos Trabalhadores* e é o primeiro documento oficial do proletariado moderno sobre a educação, o ensino e a instrução profissional. No item nono, do décimo terceiro capítulo de *O Capital*, Marx analisou a legislação industrial inglesa e suas disposições sobre educação, e entendeu que a construção dessa proposta educacional era uma decorrência histórica e lógica do ensino profissional em curso em várias formações sociais capitalistas – na Inglaterra e na França – e claramente expressa na legislação inglesa sobre as fábricas, que prescrevia a instrução obrigatória para a assunção de crianças no trabalho (MARX, 1982, p. 550–575). Considerando a legislação fabril como “um produto necessário da indústria moderna”, comparável às máquinas automáticas (Idem, p. 551), as observações de Marx sobre higiene e educação não foram na direção de endossar a instrução profissional burguesa, mas em propor a sua superação. O ponto de partida é a necessidade de universalização da instrução primária, que a legislação “tornou indispensável para o emprego de crianças” (Idem, p. 553). Ao lado da obrigatoriedade da instrução primária, tendo em vista que o trabalho das crianças e adolescentes já era ampla e indiscriminadamente usado pelo capital, também foi a legislação fabril que acabou introduzindo uma nova condição para a

educação: a unidade entre instrução e trabalho, que deveria ser destinada a todas as crianças.

A educação proposta, longe de orientar uns para uma profissão e outros para outra, deveria se destinar a todas as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das ciências, como das capacidades práticas em todas as atividades produtivas. Tomando por referência os escritos de Robert Owen, delineou Marx a sua proposta de instrução enquanto formação integral de homens, como “único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos” (*Idem*, p. 554). Na visão de Marx a união entre instrução e trabalho industrial não tinha por objetivo simplesmente o aumento de produtividade, mas seu principal objetivo deveria ser o de *formação omnilateral do homem*, uma formação integral que exigia a rejeição quer “de toda reminiscência romântica *anti-industrial*”, quer de toda didática baseada no jogo e em “outras atividades estúpidas”, como bem destaca Manacorda (1989, p. 298).

Marx e Engels não se opunham a que o Estado se responsabilizasse pela educação. Mas repudiavam o controle que o Estado exercia sobre ela, pois era preciso impedir que a burguesia contasse, além dos outros poderes que já dispunha, de todo o aparato escolar posto a seu serviço. Sobre o assunto são interessantes as observações constantes na “Introdução”, sem autoria assumida, à antologia de Marx e Engels *Textos sobre Educação e Ensino*:

Este é o contexto em que Marx repudia a intervenção do Estado [...]. Sua preocupação parece clara: que a burguesia não conte, além de outros poderes, com o de um aparato escolar posto a seu serviço, diretamente controlado por ela. No entanto, [...] Marx e Engels não colocam em dúvida a função de responsáveis que as instituições públicas têm com respeito à educação. [...]

A crítica de dependência escolar do Estado não tem somente aspectos negativos. A proposta sugerida é de sistema de gestão não burocrático, com a intervenção direta da população trabalhadora através de seus delegados e num marco de democracia direta, tal como colo-

cam em relevo suas indicações, já assinalados a propósito da Comuna de Paris. [Introdução. In: MARX e ENGELS, 1983, pp. 10–11].

As posições de Marx e Engels sobre o controle estatal da educação ficam claramente expressas a partir da discussão na *Associação Internacional dos Trabalhadores*, em uma intervenção em duas reuniões de seu Conselho Geral, em que estava em pauta a discussão acerca das dificuldades relacionadas ao sistema de ensino e se o mesmo deveria ser público ou privado. Da “Exposição nas Seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT” consta que Marx, analisando o exemplo dos Estados Unidos da América, se posicionou com relação ao controle estatal da educação, bem como ao direcionamento ideológico do conteúdo educacional pelo partido ou por qualquer classe. O texto do posicionamento de Marx é elucidativo e sobremaneira atual sobre o sistema de ensino:

O cidadão Marx afirma que uma dificuldade de índole particular está ligada a esta questão. Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições atuais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual.

O Congresso da AIT colocou a questão se o ensino deve ser estatal ou privado. Por ensino estatal entende-se aquele que está sob o controle do Estado. [...]

O ensino pode ser estatal, sem ficar sob o controle do governo [...]

Sem a menor dúvida, o congresso pode decidir que o ensino seja obrigatório. [...]

Os proudhonianos afirmam que o ensino gratuito é um absurdo, posto que o Estado deve pagar. É evidente que um ou outro terá de pagar, porém não é necessário que sejam os que menos podem fazê-lo. O ensino superior não deve ser gratuito.

[...]

A discussão avançou após a proposta de ratificar a resolução do Congresso de Genebra, que exige a combinação do trabalho intelectual com o físico, os exercícios físicos com a formação politécnica.

[...]

[...]

Nas escolas elementares – e, mais ainda, nas superiores – não faz falta autorizar disciplinas que admitem uma interpretação de partido ou classe. Nas escolas só se deve ensinar gramática, ciências naturais... As regras gramaticais não mudam, seja um conservador clerical ou um livre pensador que as ensine. As matérias que admitem conclusões diversas não devem ser ensinadas nas escolas. [...] (MARX. “Exposição nas Seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT”. In: MARX e ENGELS, 1983, pp. 96–98).

Não há dúvidas quanto a recusa de qualquer interferência político-ideológica na escola, seja qual for sua origem. As intervenções de Marx eram no sentido favorável a uma educação que, sendo pública (estatal) e gratuita, também fosse livre e laica.

Essas observações ganham corpo nas reflexões de Marx sobre a Comuna de Paris, no fim da guerra franco-prussiana de 1870–71, onde ficam reafirmadas suas posições face às medidas colocadas em prática pelos *communards*. As medidas educacionais da Comuna foram detalhadamente registradas e analisadas por Marx no *Primeiro Esboço de “A Guerra Civil na França”*:

Naturalmente, a Comuna não teve tempo de reorganizar a educação pública. No entanto, eliminando os fatores religiosos e clericais, tomou a iniciativa de emancipar intelectualmente o povo. Em 28 de abril nomeou uma comissão encarregada de organizar o ensino primário e profissional. Ordenou que todos os instrumentos de trabalho escolar, tais como livros, mapas, papel, etc. sejam administrados gratuitamente pelos professores, que os receberão de suas respectivas alcaidarias. Nenhum professor está autorizado, sob nenhum pretexto, a solicitar de seus alunos o pagamento por estes materiais de trabalho escolar (28 de abril).

Diante dos desastres que se abateram na França durante esta guerra, diante de seu afundamento nacional e de sua ruína financeira, a classe média sabe que não será a classe corrompida daqueles que tratam de converter-se nos amos da França, a que vai trazer bem-estar, mas

sim que será, somente, a classe operária, com suas viris aspirações e seu poder.

Sentem que somente a classe operária pode emancipar-se das tiranias dos padres, fazer da ciência um instrumento não de dominação de classe, mas sim uma força popular; fazer dos próprios cientistas não alcoviteiros dos prejuízos de classe parasitas do Estado ‘a espera de bons lugares’ e aliados do capital, mas sim agentes livres do espírito. A ciência só pode jogar seu verdadeiro papel na República do Trabalho.

Os professores da escola de medicina evadiram-se e a Comuna designou uma comissão tendo em vista fundar universidades livres que já não sejam parasitas de Estado; esta deu aos estudantes que passaram nos exames a possibilidade de praticar independentemente do título de doutor (o título será conferido pela Faculdade).

A comuna não deve ser uma instituição parlamentar mas sim um corpo dinâmico, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Os policiais devem estar a serviço da Comuna e não serem instrumentos de um Governo central e, como os funcionários de todos os corpos da Administração, serem nomeados e destituídos sempre pela Comuna; todos os funcionários, de maneira igual aos membros da Comuna, devem realizar seu trabalho com salários de operários. Da mesma forma, os juízes devem ser eleitos, destituídos e responsáveis. Em todas as questões da vida social, a iniciativa há de partir da Comuna. Em uma palavra, todas as funções públicas, inclusive as mais estranhas propostas pelo Governo central, devem ser assumidas por agentes da Comuna, e colocados conseqüentemente sob seu controle.

É absurdo afirmar que as funções centrais – não só as funções do governo do povo, mas também as necessárias para satisfazer os desejos gerais e ordinários do país – não devem estar asseguradas. Estas funções teriam subsistido, porém os próprios funcionários não podiam – como no velho aparato governamental – colocarem-se acima da sociedade real, porque estas funções deviam estar asseguradas por agentes da Comuna e serem executadas, portanto, sob seu efetivo e constante controle.

A função pública deve deixar de ser uma propriedade privada concedida pelo Governo central a seus auxiliares. O exército permanente e

a polícia do Estado, instrumentos físicos da opressão, devem ser eliminados. Expropriando todas as igrejas na medida em que sejam proprietários, eliminando o ensino religioso de todas as escolas públicas e introduzindo simultaneamente a gratuidade do ensino, enviando todos os sacerdotes ao sereno retiro da vida privada para viver da esmola dos fiéis, liberando todos os centros escolares da tutela e da tirania do Governo, a força ideológica da repressão deve se romper: a ciência não só tornar-se-á acessível para todos como também livrar-se-á da pressão governamental e dos prejuízos de classe.

Os instrumentos da opressão governamental e da dominação sobre a sociedade se fragmentarão graças a eliminação dos órgãos puramente repressivos, e ali, onde o poder tem funções legítimas a cumprir, estas não serão cumpridas por um organismo situado acima da sociedade, mas por todos os agentes responsáveis desta mesma sociedade (In: MARX e ENGELS, 1983, p. 92-94).

Marx reafirma, portanto, o caráter que a educação foi assumindo, acompanhando a reorganização dos serviços públicos pela Comunidade: pública (estatal), gratuita, popular e voltada ao atendimento de todos; laica e totalmente livre da influência da religião, das classes e do Estado burguês; formativa e pautada exclusivamente no método experimental e científico. Ademais, a educação foi apontada como um importante instrumento de desalienação do proletariado e vista como uma importante ferramenta de formação e, portanto, um instrumento para a consolidação da *revolução proletária*.

Para fechar estas observações sobre a perspectiva marxiana de educação e ensino, não tendo a menor intenção de esgotar assunto tão vasto e complexo, recorreremos novamente a Franco Cambi que, não sendo marxista, assim registrou o mérito de Marx e Engels em introduzir propostas revolucionárias na pedagogia contemporânea.

O modelo pedagógico e educativo elaborado [...] por Marx e Engels introduziu na pedagogia contemporânea pelo menos duas propostas que podem ser consideradas revolucionárias: a referência ao trabalho produtivo, que se punha em aberto contraste com toda uma tra-

dição educativa intelectualista e espiritualista, e a afirmação de uma constante relação entre educação e sociedade, que se manifesta tanto como consciência de uma valência ideológica da educação como projeção “científica” de uma “sociedade liberada”, também no campo educativo [...] (CAMBI, 1999, p. 485).

Assim podemos afirmar que a educação adequada à classe trabalhadora é a educação geral, que deveria ser possibilitada a todas as crianças jovens e adultos, sem nenhuma distinção, ou seja, uma educação que decorresse de uma escola única, em que toda a sociedade tivesse acesso a todos os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade em todos os campos do saber.

Considerações finais

Para finalizar esta incursão, retomaremos os principais aspectos de uma pedagogia marxista que, apesar de já terem sido apontados, podem ser sintetizados em alguns grandes traços que ainda guardam profunda e complexa atualidade, quais sejam:

a) A defesa das conquistas do movimento socialista no que diz respeito à educação e que foram sendo incorporadas ao ideário e à legislação burguesa, notadamente dos seguintes aspectos: educação pública (estatal), gratuita, laica, obrigatória e universal para todas as crianças, de modo a assegurar a abolição do monopólio burguês da cultura e do conhecimento.

b) A combinação da educação intelectual com a produção material, ou usando a formulação de Marx, combinação de instrução, ginástica e trabalho produtivo. O objetivo de tal medida é a eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre concepção e execução, de modo a assegurar a todos os homens uma compreensão integral do processo de produção. As políticas educacionais burguesas dão ênfase à necessidade de que a educação seja a base para a formação do trabalho; mas, contrariamente à proposta marxiana, a

divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual é reforçada, dentre muitos outros aspectos, através das divisões, obrigações e responsabilidades pelos diversos níveis de ensino.

c) A educação deve propiciar aos homens o desenvolvimento integral de todas as potencialidades humanas. Todas as necessidades do homem devem emergir no processo educacional, tais como a busca pela sobrevivência, o prazer, a criação e o gozo da cultura, a participação na vida social, a interação com os outros homens, a autorrealização e a autocriação. Essa profunda transformação dos objetivos educacionais exige, entre outros aspectos, também uma profunda transformação da divisão social do trabalho que, com a abolição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, conduza a uma reaproximação da ciência e da produção. Contrariamente, a escola burguesa professa ideais do desenvolvimento integral do homem que podem ser resumidos em educar para o consumo, para a cidadania nos moldes democráticos burgueses, que já estão conhecidos como extremamente autoritários e excludentes.

d) Também as relações no interior da escola precisam se transformar, ou seja, da competição para a cooperação e para o apoio mútuo. Uma tal transformação pressupõe, por sua vez, uma relação biunívoca e mutuamente enriquecedora entre professor e aluno e uma relação mais aberta entre a escola e a sociedade, a partir da ideia de coletividade e igualdade que constituem a base do comunismo. Trata-se, portanto, de uma concepção diametralmente oposta da burguesa e que enfatiza essa relação como forma de inserção *do indivíduo*, deixando de lado que se trata de uma sociedade marcada pelas diferenças de classes sociais, portanto, de homens.

Esses fundamentos de uma teoria educacional marxista alentaram muitos debates, propostas e práticas educacionais e escolares ao longo de todo o século XX, entre as quais se tornaram emblemáticas: a Revolução Russa (1917), a Revolução Chinesa (1949) e a Revolução Cubana (1959).

Como em outras partes do mundo, também aqui no Brasil a teoria educacional marxista tem estimulado debates e gerado várias propostas e práticas pedagógicas. A principal sistematização e difusão entre nós ocorre através da **pedagogia histórico-crítica**. Para Dermeval Saviani, principal elaborador e referência dessa concepção, a educação é indissociável da sociedade e pode servir tanto de instrumento para a manutenção das condições de exploração e subordinação do proletariado pela burguesia, quanto de alavanca para a necessária transformação histórica da sociedade em direção ao socialismo. Sobre o assunto assim escreveu o autor:

Em relação à posição política assumida por nós, é bom lembrar que na pedagogia histórico-crítica a questão da educação é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade [...] (SAVIANI, 1991, p. 87).

A educação, estando referida ao desenvolvimento histórico da sociedade, cumpre uma função fundamentalmente política. Articulando a elaboração marxiana com os ensinamentos de Gramsci (SAVIANI, 2019, p. 246). Neste sentido, Saviani entende que a principal função política da educação é de socialização do conhecimento.

[...] conclui-se que a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí [...] que ao se dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política (SAVIANI, 1987, p. 92).

O *locus* historicamente produzido na modernidade para proceder à educação das novas gerações foi a ESCOLA. Sendo a escola uma instituição historicamente determinada, como uma construção humana que se articula ao processo de produção das condições mate-

riais de sua existência, como uma dimensão da realidade humana, para além da mera reprodução da sociedade burguesa, pode a educação articular-se plenamente na construção da sociedade sem classes (SAVIANI, 1991, p. 105). Nesse sentido, o educador precisa romper com as pedagogias escolares articuladoras dos interesses da burguesia e vincular sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária de homem e de mundo. Não se trata simplesmente de aderir a uma concepção científica de mundo e seu poder desvelador da realidade, mas em assumir na teoria e na prática, isto é, na práxis social, uma concepção transformadora da vida, do homem e do mundo³.

Como a burguesia se apropria da ciência e de todos os saberes para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas sob seu controle, bem como para reforçar e naturalizar a dominação de classe, nos cabe (como revolucionários) viabilizar aos que vivem da venda de sua força de trabalho o acesso e a apropriação dos conteúdos e saberes elaborados pela humanidade. Para além disso devemos possibilitar, de modo amplo, **a formação de consciências críticas**, a formação para a luta proletária em defesa de seus próprios interesses, particularmente formando e preparando para a luta revolucionária que conduza a uma transformação histórica radical. Não queremos com isso, cair na tentação idealista de acreditar que a escola e a pedagogia transformarão as condições históricas e socioeconômicas engendradas pelo modo de produção capitalista.

Como a transformação histórica está em curso, abrindo uma longa e dolorosa transição, entendemos que a expansão da rede escolar, ampliando o acesso da massa trabalhadora à escolarização, não decorreu da benevolência da burguesia e de seus agentes de Estado, mas das próprias lutas desencadeadas pelos trabalhadores.

A educação escolar que se dá no interior da rede pública, nesta época de transição, ainda é limitada, posto que instrumentalizada pela

³ Não penso em uma luta fechada no âmbito educacional ou escolar, mas que essa se dê articulada às lutas políticas pela transformação revolucionária da sociedade (através do engajamento em movimentos e aparatos políticos táticos – movimentos sociais, sindicatos – e estratégicos – os partidos e frentes políticas de esquerda).

burguesia – não se pode esquecer que o Estado, e suas instituições, constituem aparelho a serviço dos interesses de uma classe, da burguesia, mas que este também é atravessado pelas contradições inerentes e característica dos diferentes momentos históricos. Por isso, além de ocupar o espaço escolar e buscar direcioná-lo em conformidade com os interesses de classe do proletariado, é preciso criar alternativas de **educação para e pelo proletariado organizado!** pensamos que é isso o que se propõe uma **educação revolucionária** e, também neste caso, consideramos que a Pedagogia Histórico-Crítica cumpre exemplarmente esse papel, pois em seus fundamentos defende que a educação seja gestada com ampla participação da comunidade para a qual se destina; que seja uma educação **omnilateral** (do homem todo, corpo e intelecto); que seja em **tempo integral**, com tempo de atividades escolares e extraescolares; aulas mais estudos individuais e em grupo; que articule o **ensino** com o **trabalho**, não do trabalho como diletantismo ou brincadeira infantil, mas do trabalho que seja produtivo (de bens que satisfaçam necessidades) e possibilite ao aluno entender como se dá a incorporação da ciência e da tecnologia aos instrumentos e processos produtivos; enfim uma educação que sendo **crítica**, esteja centrada nos conteúdos científicos, conquistados pela humanidade ao longo de sua história.

De modo sintético, pensamos que, como educadores comunistas, nos cabe uma tripla tarefa:

1^a. primeiramente empreender uma radical e profunda **crítica da educação burguesa**, mostrando seus mecanismos classistas de funcionamento, desmistificando e desnaturalizando o caráter classista, burguês, realizado na escola;

2^a. em segundo lugar, organizarmos uma **educação crítica aos trabalhadores**, uma prática educativa que possibilite aos despossuídos o acesso ao saber historicamente produzido pela humanidade, mas numa perspectiva crítica e articuladora do saber historicamente acumulado pela humanidade;

3ª. E ainda, uma FORMAÇÃO política para a luta revolucionária (originalmente esta foi formulada para se dar no interior dos Partidos Comunistas e das instituições de luta dos trabalhadores; mas e hoje, onde esta formação poderia se dar?).

Para que essas tarefas possam ser colocadas em prática, entretanto, é preciso que se tenha educadores formados numa perspectiva a um tempo histórica e crítica (ou marxista). Essa formação não tem ocorrido nos cursos de formação de professores ou de pedagogia, hegemônicos que são pelas teorias e ideologias articuladoras do pensamento burguês e mantenedoras da ordem que rege o modo capitalista de produção. Por isso mesmo, precisamos formar quadros que técnica e politicamente estejam preparados para a implementação de uma pedagogia revolucionária, com professores e intelectuais que tenham condições de disputar hegemonia com as concepções pedagógicas burguesas.

Referências:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. 3ª. ed. rev e ampl – São Paulo: Moderna, 2006.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo : Editora da UNESP, 1999.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. CAMPINAS – SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

_____. A educação e a Comuna de Paris: notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (Orgs.) **A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade**. São Paulo: Ícone Editora, 2002, p. 65 – 88.

_____. Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 347–366,

abr. 2011. In: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art24_41e.pdf>

_____. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels.** Campinas, SP: Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, [s.n.], 2010. <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=40672>>

_____. SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação:** debates contemporâneos. Campinas, SP : Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

_____. **Marxismo e História da Educação:** algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Tese (Doutorado em Educação) Campinas – SP, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1993.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Moraes, 1983.

_____; _____. **A Ideologia Alemã:** crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirnes, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Volume I e II. Lisboa: Editorial Presença; Brasil : Livraria Martins Fontes. [s.d.]

MARX, K. "Prefácio". _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Pontes, 1983 (2a. ed.).

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política – Livro 1, Volume 1. São Paulo: DIFEL, 1982 (7a. ed.)

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política – Livro 1, Volume 2. São Paulo: DIFEL, 1982 (7a. ed.).

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo. Expressão popular, 2011.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 10ª edição, 1990.

SAVIANI, D. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu, São Paulo: Cortez, 1991

_____. **Escola e democracia**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1987.

_____. Pedagogia: o espaço da Educação na Universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37. N. 130, p. 99–134, jan./abr. 2007.

_____. **Interlocuções pedagógicas**: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 152–180.

_____. **Pedagogia Histórico–Crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas–SP: Autores Associados, 2019.

Sites acessados

<<https://www.significados.com.br/educacao>> (Acesso: em 15 ago. 2017).

<<https://www.significados.com.br/pedagogia>> (Acesso em: 15 ago. 2017).

<<https://www.significados.com.br/?s=escola>> (Acesso em: 15 ago. 2017).

<<https://www.significados.com.br/?s=revolucao>> (Acesso em: 15 ago. 2017).

<<https://www.significados.com.br/socialismo>> (Acesso em: 15 ago. 2017).

<<https://www.significados.com.br/comunismo>> (Acesso em: 15 ago. 2017).